ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – 26/03/2026

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, na sala do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Piên/PIENPREV, na Rua Belo Horizonte, nº 411, Centro, em Piên/PR, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Pienprev, nomeados pelo Decreto n° 161 de quatorze de setembro de dois mil e vinte e dois, cumprindo as atribuições dispostas no Decreto n° 160 de quatorze de setembro de dois mil e vinte e dois, iniciando os trabalhos com a análise do relatório de investimentos mensal de janeiro, onde o fechamento da carteira ficou em R$ 82.061.491,15 O retorno acumulado do ano foi de 1,53% ficando acima da meta de 0,78% (IPCA+5,50 ao ano). Verificaram-se os níveis de enquadramento, que estão de acordo com os limites definidos nos artigos da Resolução e também enquadramento na Política de Investimentos.

Conforme analise do mercado do consultor financeiro Ronaldo Fonseca:

> O segmento de renda variável local continuou a apresentar um comportamento favorável em fevereiro, impulsionado pela combinação entre expectativas de início do ciclo de queda da Selic e pelo forte fluxo para ativos domésticos. Esse movimento levou o Ibovespa a renovar sucessivos recordes históricos, refletindo maior apetite ao risco e a percepção de que o prêmio oferecido pela renda fixa tende a diminuir ao longo do ano. Apesar desse avanço expressivo, o momento ainda exige cautela. Os resultados acumulados ao longo de 2025 e início de 2026 foram bastante positivos, e embora os níveis atuais estejam nas máximas históricas, ainda se observa alguma defasagem em relação aos preços praticados nos mercados dos pares emergentes. Essa defasagem, menor do que no início de 2025, continua abrindo espaço para oportunidades. A relação entre preço e lucro das empresas permanece em patamares historicamente baixos, indicando que parte relevante do prêmio de risco já está incorporada. Diante desse contexto, a recomendação segue sendo a de realizar alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando a evolução das condições de mercado e a confirmação do ciclo de flexibilização monetária. Investidores que mantiveram disciplina ao longo de 2025 e início de 2026 observaram resultados consistentes, beneficiando-se tanto da recuperação dos ativos quanto da construção cuidadosa das posições. Com a perspectiva de queda dos juros, a renda variável tende a ganhar relevância novamente na composição dos portfólios, especialmente para estratégias de médio e longo prazo. No cenário internacional, os mercados seguem em movimento positivo, com diversas classes de ativos operando próximas ou acima de máximas históricas. Esse ambiente, porém, exige atenção redobrada, especialmente diante da crescente volatilidade política nos Estados Unidos, que adicionam incerteza ao fluxo de capitais. Ainda assim, o mercado norte-americano permanece como referência global, com elevada descorrelação em relação ao ciclo econômico brasileiro. Para RPPS Nível 3 e 4 do Pró-Gestão, a exposição internacional continua sendo uma estratégia eficiente para diversificação e proteção das carteiras, mesmo em um ambiente de valuations elevados, considerando uma gestão de longo prazo. Por fim, considerando que as projeções já apontam para o início do ciclo de queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como alternativa eficiente para composição de carteira. Embora suas rentabilidades tendam a diminuir à medida que a taxa básica recua, ainda devem permanecer em níveis suficientes para superar a meta atuarial ao longo de 2026, especialmente quando combinadas com estratégias de renda fixa indexada à inflação e com a retomada gradual da renda variável.

Após análise deste comitê, pela oportunidade apresentada frente ao mercado financeiro, decidiu-se que os valores aportados pelas contribuições terão a sua destinação **mantidas nos fundos DI**.

Jacqueline Niezer

Doroti de Fátima Pieckocz

Gizele de Fátima Santos Casagrande